
BW Guirapá I S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
BW Guirapá I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BW Guirapá I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da BW Guirapá I S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BW Guirapá I S.A. e da BW Guirapá I S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de abril de 2016, com ressalva decorrente do atraso na construção da planta de geração de energia elétrica, com prazo para 1 de julho de 2014. Desde a referida data, a Administração havia protocolado sucessivos pedidos de postergação de prazo e isenção de penalidades na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Considerando o estágio das negociações à época, não foi possível para o auditor anterior se satisfazer quanto à inexistência de impactos financeiros que pudessem vir a afetar negativamente de forma material as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2015.

BW Guirapá I S.A.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras consolidadas de 2015, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2015 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



BW Guirapá I S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC 1RJ092563/O-1

BW GUIRAPÁ I S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
					(reapresentado)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.642	44.643	45.133	51.913
Contas a receber	7	-	-	7.626	-
Impostos a recuperar		74	-	80	347
Outros		-	-	146	4
Total dos ativos circulantes		7.716	44.643	52.985	52.264
NÃO CIRCULANTE					
Investimentos	8	513.999	494.687	-	-
Imobilizado	9	520	600	852.806	876.586
Intangível	10	-	-	34.968	35.683
Total dos ativos não circulantes		514.519	495.287	887.774	912.269
TOTAL DOS ATIVOS		522.235	539.930	940.759	964.533
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	11	-	-	22.577	28.469
Provisão para custos socioambientais	17	-	-	4.807	-
Conta de ressarcimento - CCEE	12	-	-	3.597	-
Debêntures	13	-	-	-	109.602
Financiamentos BNDES	14	-	-	25.315	34.089
Fiança	15	-	-	2.870	1.130
Outras contas a pagar	16	34		2.393	1.719
			421		
Total dos passivos circulantes		34	421	61.559	175.009
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos BNDES	14	-	-	349.503	238.082
Provisão para custos socioambientais e desmobilização	17	-	-	7.496	11.933
Total dos passivos não circulantes		-	-	356.999	250.015
Total dos passivos		34	421	418.558	425.024
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social integralizado	18	590.488	580.027	590.488	580.027
Prejuízos acumulados		(68.287)	(40.518)	(68.287)	(40.518)
Total do patrimônio líquido		522.201	539.509	522.201	539.509
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		522.235	539.930	940.759	964.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BW GUIRAPÁ I.S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - exceto prejuízo por ação em R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Operações continuadas					
Receita de vendas de energia	19	-	-	78.309	-
Custo com geração de energia	20	-	-	(48.300)	(708)
Lucro bruto		-	-	30.009	(708)
Despesas gerais e administrativas	21	(3.850)	(9.170)	(11.713)	(11.949)
Equivalência patrimonial	8	(25.588)	(3.754)	-	-
Lucro operacional		(29.438)	(12.924)	18.296	(12.657)
Despesas financeiras	22	(2)	(13)	(46.858)	(180)
Receitas financeiras	22	2.492	3.338	4.727	3.338
Receitas (Despesas) financeiras, líquidas		2.490	3.325	(42.131)	3.158
Outras receitas operacionais	23	4	-	30	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(26.944)	(9.599)	(23.805)	(9.499)
Imposto de renda e contribuição social	24	(825)	(1.111)	(3.964)	(1.211)
Prejuízo do exercício		(27.769)	(10.710)	(27.769)	(10.710)
Prejuízo do exercício por ação do Capital Social (Em R\$)	18	(28,67)	(18,39)		

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I.S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	224.488	(29.808)	194.680
Aumento de capital (nota 18)	355.539	-	355.539
Prejuízo do exercício	-	(10.710)	(10.710)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	580.027	(40.518)	539.509
Aumento de capital (nota 18)	10.461	-	10.461
Prejuízo do exercício	-	(27.769)	(27.769)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	590.488	(68.287)	522.201

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I.S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM
31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(26.944)	(9.599)	(23.805)	(9.499)
Ajustes de resultado					
Equivalência patrimonial	8	25.588	3.754	-	-
Depreciação e amortização	9 e 10	976	53	37.714	93
Juros e variações monetárias		-	-	36.564	248
(Aumento) Redução de ativos					
Contas a receber	7	-	-	(7.626)	-
Impostos a recuperar		(74)	28	269	16
Despesas antecipadas		-	-	(143)	-
Outros créditos		-	2	1	17
Aumento (Redução) de passivos					
Fornecedores	11	(387)	(64)	(4.481)	(64)
Conta de ressarcimento CCEE	12	-	-	3.597	-
Outras contas a pagar	16	-	(30)	1.062	1.097
Partes relacionadas		-	-	-	-
Caixa gerado (aplicado) pelas operações		(841)	(5.856)	43.152	(8.092)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(769)	(1.111)	(2.259)	(1.177)
Pagamento Debêntures - juros	13	-	-	(33.002)	(108.79)
Pagamento de financiamento - juros	14	-	-	(30.257)	(870)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(1.610)	(6.967)	(22.366)	(118.935)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital em controladas	18	(45.830)	(338.470)	-	-
Aquisição de imobilizado	9	(26)	(4)	(9.647)	(141.856)
Aumento intangível	10	-	-	(1.014)	(6.132)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(47.466)	(345.441)	(33.027)	(266.923)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Baixa de ativo imobilizado	9	4	-	4	-
Pagamento Debêntures - principal	13	-	-	(81.783)	(341.217)
Captação de financiamento	14	-	-	112.319	270.582
Pagamento de financiamento - principal	14	-	-	(14.754)	(760)
Integralização de capital	18	10.461	355.539	10.461	355.539
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		10.465	355.539	26.247	284.144
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(37.001)	10.098	(6.780)	17.221
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	44.643	34.545	51.913	34.692
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	7.642	44.643	45.133	51.913
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(37.001)	10.098	(6.780)	17.221

Transações não envolvendo caixa: Reversão de provisão de fornecedores contra imobilizado no valor de R\$ 887 (em 2015 R\$ 0). Juros capitalizados no imobilizado de R\$ 4.401 (em 2015 R\$ 79.221).

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais

A BW Guirapá I S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Nilo Peçanha, 50 – sala 1101, Rio de Janeiro – RJ, foi constituída em 1º de fevereiro de 2012, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades que tenham como objeto o segmento de energia eólica. A Companhia tem como acionistas o Santander Participações S.A e a Brazil Wind S.A.

A Companhia atua como empresa "*holding*" destinada, exclusivamente, aos investimentos relacionados ao empreendimento denominado "Complexo Guirapá", composto por sete parques eólicos denominados "Centrais Eólicas", através do Leilão de Energia de Reserva - LER 2011 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As Centrais Eólicas têm como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, sendo localizados nos municípios de Pindaí e Caetitê no Estado da Bahia.

A seguir, um resumo das características operacionais de cada uma:

<u>Central:</u>	<u>Capacidade Instalada (MW)</u>	<u>Garantia Física (MWmed)</u>	<u>1ª Portaria de Autorização do MME*</u>	<u>2ª Portaria de Autorização do MME**</u>	<u>Preço de Venda (R\$/Mwh)***</u>	<u>Data de entrada em operação</u>
Angical	12,95	6,0	37, de 03/02/2012	95, de 7/11/2013	99,98	05/02/2016
Caititu	22,2	10,5	54, de 09/02/2012	71, de 21/11/2013	99,98	16/02/2016
Coqueirinho	29,6	13,5	53, de 09/02/2012	58, de 18/02/2014	96,97	17/02/2016
Corrupião	27,75	13,7	70, de 22/02/2012	102, de 25/11/2013	96,97	05/02/2016
Inhambu	31,45	15,5	69, de 22/02/2012	99, de 18/11/2013	96,97	05/02/2016
Tamanduá Mirim	29,6	13,6	52, de 09/02/2012	45, de 13/02/2014	96,97	16/02/2016
Teiú	16,65	8,2	36, de 03/02/2012	100, de 21/11/2013	99,98	05/02/2016
Total	170,2	81,0				

* Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME

** A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques

*** Valor atualizado anualmente pelo IPCA desde julho de 2011

O cronograma físico de implantação atrasou por motivos alheios à gestão do projeto. Após sucessivos pedidos de alteração do cronograma físico de implantação, a ANEEL publicou os Despachos nº 383 em 22/02/2016 e o nº 2717 em 14/10/2016, concatenando o início de operação do parque com a data da disponibilização das instalações de transmissão da subestação SE Pindaí II, 16/11/2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital circulante líquido encontra-se negativo em R\$ 8.574 mil, (Em 2015 R\$ 122.745 mil). Tal redução ocorreu devido a liberação de recursos de longo prazo do BNDES, que foi usado para liquidação da dívida das debêntures de curto prazo. Ainda, após o início das operações, a Companhia passou gerar o caixa esperado pela Administração para cobrir os custos de operação e constituir reservas financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Na avaliação da Administração, os passivos de curto prazo que não forem cobertos pela geração de caixa operacional, terá suporte financeiro dos acionistas para garantir o equilíbrio necessário a continuidade dos negócios.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 05 de junho de 2017.

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações relevantes para a Companhia em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2016.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(a) Reapresentação de cifras comparativas

Os saldos de 31 de dezembro de 2015 foram reapresentados conforme a seguir:

	<u>Originalmente apresentados</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldos reapresentados</u>
Não circulante - Imobilizado	889.955	(13.369)	876.586
Total do não circulante	925.638	(13.369)	912.269
Total do ativo	977.902	(13.369)	964.533
Não circulante - Provisão para desmobilização	25.302	(13.369)	11.933
Total do não circulante	263.384	(13.369)	250.015
Total do passivo	438.393	(13.369)	425.024
Total do passivo e do patrimônio líquido	977.902	(13.369)	964.533

A reapresentação dos saldos patrimoniais (ativo x passivo) foi efetuada para refletir o valor adequado da provisão para desmobilização, registrada no imobilizado e no passivo não circulante (Nota 17). Não houve impacto na demonstração dos fluxos de caixa ou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2.2 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, apresentadas abaixo:

<u>Razão social</u>	<u>31/12/2016 e 31/12/2015</u>
	<u>Direta</u>
Central Eólica Angical S.A.	100,00%
Central Eólica Caititu S.A.	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A.	100,00%
Central Eólica Corrupião S.A.	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A.	100,00%
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	100,00%
Central Eólica Teiú S.A.	100,00%

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. As práticas contábeis e os períodos contábeis das demonstrações das controladas são idênticos ao da controladora.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista, aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Contas a Receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.5 Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados e custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota 15).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, limitada ao prazo de concessão, como segue:

	<u>Anos</u>
Instalações administrativas	10
Equipamentos de comunicação	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	10
Veículos	20
Aerogeradores	20
Sistemas de transmissão e conexão	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	20

2.7 Intangível

Composto pelos direitos de uso de ativos para exploração e servidão. O contrato de cessão de direito de uso, transfere o direito de usar o ativo ao contratante pelo período contratado e são classificados como contratos financeiros. Para os contratos financeiros em que a Companhia atua como contratante, os pagamentos foram capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato e, após a entrada em operação, passou a ser amortizado pelo período remanescente do contrato de concessão do parque eólico.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa -UGC). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data das demonstrações financeiras.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Financiamentos e debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

2.11 Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerra-se em 30 de junho de 2018;

b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

2.12 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras.

A Companhia adota o regime de tributação "Presumido".

2.14 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia.

Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(i) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde está localizado o parque eólico. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

(ii) Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais (Nota 2.10). A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante o decorrer do exercício de 2016 a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia, CCEE.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Total dos empréstimos (Nota 13)	-	-	374.818	381.880
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(7.642)	(44.643)	(45.133)	(51.913)
Dívida líquida (a)	(7.642)	(44.643)	329.685	329.967
Total do patrimônio líquido	522.201	539.509	522.201	539.509
Total do capital (b)	514.559	494.866	851.886	869.476
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	-1%	-9%	39%	38%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros				
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>				
Recursos em caixa e em banco (Nota 6)	9	25	5.108	1.106
Aplicações financeiras (Nota 6)	7.633	44.618	40.025	50.807
Contas a receber de clientes (Nota 7)	-	-	7.626	-
	7.642	44.643	52.759	51.913
Passivos financeiros				
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13 e 14)	-	-	374.818	381.773
Fornecedores (Nota 11)	-	-	22.577	28.469
Fiança (Nota 15)	-	-	2.870	1.130
Outras contas a pagar (Nota 16)	34	421	2.393	1.719
	34	421	402.658	413.091

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Recursos em banco e caixa	9	25	5.108	1.105
Aplicação financeira	7.633	44.618	40.025	50.808
Caixa e equivalentes de caixa	7.642	44.643	45.133	51.913

O saldo de recursos em banco e em caixa compreende aos depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.

Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações financeiras, estão atreladas a cotas de Fundos de Investimentos Itaú Unibanco Top Di referenciado e em Operações Compromissadas com títulos de emissão do Banco Itaú. Em 2016 o fundo rendeu 99,81% do CDI.

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Contas a receber

	Consolidado	
	2016	2015
CCEE - ativo circulante	7.626	-

Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, recebido mensalmente. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2016. Este é o 1º ano de fornecimento de energia e, portanto, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia.

8. Investimentos

O investimento da Companhia está representado pela participação em controladas, a saber:

Centrais Eólicas	Ações ordinárias	Participação no capital integralizado - %	Patrimônio líquido		Prejuízo do exercício	
			31/12/2016 e 31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016 6
Angical	716.130	100%	40.121	38.637	(1.586)	(363)
Caititu	934.625	100%	65.383	62.945	(2.771)	(445)
Coqueirinho	943.340	100%	81.674	78.995	(5.452)	(551)
Corrupião	711.629	100%	74.941	71.466	(3.240)	(650)
Inhambu	918.245	100%	92.061	86.394	(6.317)	(770)
Tamanduá Mirim	1.000.755	100%	87.362	85.278	(4.787)	(562)
Teiú	745.938	100%	51.067	48.652	(1.435)	(413)
		Sub - Total	492.609	472.367	(25.588)	(3.754)
		Ágio	22.320	22.320		
		(-) Amortização	(930)	-		
		Total	513.999	494.687		

BW GUIRAPÁ I S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação do saldo de investimento está demonstrada abaixo:

Centrais Eólicas	Saldos em 31/12/2015	Aumentos	Equivalência	Saldos em 31/12/2016
Angical	38.637	3.070	(1.586)	40.121
Caititu	62.945	5.209	(2.771)	65.383
Coqueirinho	78.995	8.131	(5.452)	81.674
Corrupião	71.466	6.715	(3.240)	74.941
Inhambu	86.394	11.984	(6.317)	92.061
Tamanduá Mirim	85.278	6.871	(4.787)	87.362
Teiu	48.652	3.850	(1.435)	51.067
Sub -Total	472.367	45.830	(25.588)	492.609
Ágio	22.320	0	0	22.320
(-) Amortização	-	-	-	(930)
Total	494.687	45.830	(25.588)	513.999

9. Imobilizado

	Taxas anuais depreciação	Controladora			
		Custo	2016		2015
			Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Instalações administrativas	10%	3	(1)	2	3
Equipamento de comunicação	10%	19	(4)	15	16
Móveis e utensílios	10%	51	(8)	43	20
Computadores e periféricos	20%	45	(29)	16	25
Veículos	20%	91	(48)	43	135
Terrenos	-	401	-	401	401
Total		610	(90)	520	600

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Taxas anuais depreciação	Consolidado			
		2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
				líquido	líquido
(Reapresentado)					
Instalações administrativas	10%	24	(3)	21	13
Equipamentos de comunicação	10%	30	(7)	23	21
Máquinas e equipamentos	10%	524	(157)	367	325
Moveis & Utensílios	10%	82	(12)	70	44
Computadores e periféricos	20%	45	(29)	16	25
Veículos	20%	91	(48)	43	135
Aerogeradores	5%	583513	(24.739)	558.774	-
Sistemas de transmissão e conexão	5%	59513	(2.249)	57.264	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	5%	238.506	(8.835)	229.671	-
Peças de reposição	-	5.956	-	5.956	-
Imobilizações e equipamentos em andamento	-	-	-	-	700.922
Contratos de obras e equipamentos em andamento	-	-	-	-	26.284
Capitalização de juros	-	-	-	-	136.283
Provisão desmobilização	-	-	-	-	6.910
Provisão custos socioambientais	-	-	-	-	5.023
Terrenos	-	601	-	601	601
		888.885	(36.079)	852.806	876.586

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está representada por:

Custo	Controladora			
	31.12.2015	Adições	Baixas	31.12.2016
Instalações administrativas	3	-	-	3
Equipamento de comunicação	19	-	-	19
Móveis e utensílios	25	-	-	25
Computadores e periféricos	45	26	-	71
Veículos	203	-	(112)	91
Terrenos	401	-	-	401
Total do custo	696	26	(112)	610

BW GUIRAPÁ I S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Depreciação

Instalações administrativas	(1)	-	-	(1)
Equipamento de comunicação	(2)	(2)	-	(4)
Móveis e utensílios	(5)	(3)	-	(8)
Computadores e periféricos	(20)	(9)	-	(29)
Veículos	(68)	(32)	52	(48)
Total da depreciação	(96)	(46)	52	(90)
Total do imobilizado líquido	600	(20)	(60)	520

BW GUIRAPÁ I S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado				
	31.12.2015	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2016
Custo	(Reapresentado)				
Instalações administrativas	15	9	-	-	24
Equipamentos de comunicação	25	5	-	-	30
Máquinas e equipamentos	446	78	-	-	524
Moveis & Utensílios	49	33	-	-	82
Computadores e periféricos	45	-	-	-	45
Veículos	203	-	(112)	-	91
Aerogeradores	-	-	-	583.513	583.513
Sistemas de transmissão e conexão	-	105	-	59.408	59.513
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	238.506	238.506
Peças de reposição	-	18	-	5.938	5.956
Imobilizações e equipamentos em andamento	700.922	218	(970)	(700.170)	-
Contratos de obras e equipamentos em andamento	26.284	9.181	(887)	(34.578)	-
Capitalização de juros	136.283	4.401	-	(140.684)	-
Provisão desmobilização	6.910	-	-	(6.910)	-
Provisão custos socioambientais	5.023	-	-	(5.023)	-
Terrenos	601	-	-	-	601
Total do custo	876.806	14.048	(1.969)	-	888.885
Depreciação					
Instalações administrativas	(2)	(1)	-	-	(3)
Equipamentos de comunicação	(4)	(3)	-	-	(7)
Máquinas e equipamentos	(121)	(36)	-	-	(157)
Moveis & Utensílios	(5)	(7)	-	-	(12)
Computadores e periféricos	(20)	(9)	-	-	(29)
Veículos	(68)	(32)	52	-	(48)
Aerogeradores	-	(24.739)	-	-	(24.739)
Sistemas de transmissão e conexão	-	(2.249)	-	-	(2.249)
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(8.835)	-	-	(8.835)
Total da depreciação	(220)	(35.911)	52	-	(36.079)
Total do imobilizado líquido	876.586	(21.863)	(1.917)	-	852.806

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

10. Intangível

Custo	31.12.2015	Adições	Transferências	31.12.2016
Ágio na aquisição de investimento (a)	22.320	-	-	22.320
Cessão de uso de solo e servidões (b)	11.567	1.011	1.871	14.449
Outros	1.796	78	(1.871)	3
Total do custo	35.683	1.089	-	36.772
(-) Amortizações ágio	-	(930)	-	(930)
(-) Amortizações cessão de uso de solo	-	(874)	-	(874)
Intangível líquido	35.683	(715)	-	34.968

(a) Ágio fundamentado em rentabilidade futura das investidas foi incluído no valor contábil do investimento da controladora e está sendo amortizado a partir da entrada em operação das investidas (fevereiro de 2016). No consolidado, o ágio foi reclassificado para o intangível.

(b) Refere-se aos contratos de cessão de uso de solo, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

11. Fornecedores

O saldo a pagar aos fornecedores de máquinas, equipamentos e empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e de engenharia, está assim representado:

Equipamento/Serviço	Valores a realizar	
	31/12/2016	31/12/2015
Aerogeradores	-	2.407
Montagem de Aerogeradores	6.430	2.729
Obras civis	6.931	6.644
Sistemas elétricos	8.838	14.453
Ambientais /Reassentamento	-	199
	22.199	26.432
Tarifas de transmissão	362	447
Outras contas a pagar	16	1.590
	22.577	28.469

Com o processo de conclusão das obras de construção em 2016, a Administração da Companhia obteve os respectivos termos de quitação dos contratos de construção dos parques eólicos, exceto daqueles que ainda estão em fase de discussão (nota 27). Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da conta de fornecedores reflete o atual estágio das referidas negociações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

12. Conta de ressarcimento – CCEE

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conta de ressarcimento - CCEE	<u>3.597</u>	<u>-</u>

Corresponde ao valor da energia não entregue, superior ao limite de 10% da faixa de tolerância prevista no contrato de concessão (Nota 1 a). O acerto financeiro deste montante está sendo efetuado mediante redução nos valores recebidos pela Companhia entre o período de novembro de 2016 a junho de 2017.

13. Debêntures

Em 5 de agosto de 2013, a Reunião do Conselho de Administração das Centrais Eólicas aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures simples, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em uma única série, não conversíveis em ações, no valor total de R\$416.000, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de 1,55% ao ano até 20/08/2014.

Em 18 de agosto de 2014, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, repactuando o vencimento para 20 de agosto de 2015. Foi também alterado a taxa de juros remuneratórios, que passou de 1,55% aa, para 1,20% aa, a partir de 20/08/2014.

Em 18 de agosto de 2015, foi assinado o 3º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, repactuando o vencimento para 16 de fevereiro de 2016. Foi também alterado a taxa de juros remuneratórios, que passou de 1,20% aa, para 1,75% aa, a partir de 20/08/2015. Os recursos obtidos com a oferta foram utilizados na construção do parque eólico.

Com a liberação do financiamento do BNDES, em junho de 2016 foi quitado todo o saldo das debêntures.

A seguir a movimentação dos saldos de debêntures:

Movimentação	2016	2015
Saldo inicial	109.601	485.629
Amortização - principal e juros em 19/10/2015	-	(170.157)
Amortização - principal e juros em 29/10/2015	-	(134.742)
Amortização - principal e juros em 09/11/2015	-	(132.944)
Amortização - principal e juros em 29/02/2016	(66.774)	-
Amortização - principal e juros em 29/06/2016	(48.011)	-
Juros provisionados e capitalizados	1.375	61.816
Juros provisionados	3.809	-
Totais	-	109.602

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

14. Financiamento BNDES

Em 6 de outubro de 2015 as Centrais Eólicas assinaram, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os contratos de financiamento de construção do parque eólico. O financiamento está distribuído pelas SPEs da seguinte forma:

	<u>Nº do contrato</u>	<u>Subcrédito A</u>	<u>Subcrédito B</u>	<u>Subcrédito C</u>	<u>Total</u>	
Angical	15.2.0345.1	R\$ 22.474	R\$ 6.342	-	R\$ 28.816	(1)
Caititu	15.2.0346.1	R\$ 39.330	R\$ 11.098	-	R\$ 50.428	(2)
Coqueirinho	15.2.0347.1	R\$ 49.446	R\$ 14.268	-	R\$ 63.714	(3)
Corrupião	15.2.0348.1	R\$ 46.080	R\$ 14.480	-	R\$ 60.560	(4)
Inhambu	15.2.0344.1	R\$ 69.391	R\$ 16.382	R\$ 1.945	R\$ 87.718	(5)
Tamanduá Mirim	15.2.0349.1	R\$ 50.942	R\$ 14.374	-	R\$ 65.316	(6)
Teiú	15.2.0343.1	R\$ 25.741	R\$ 8.667	-	R\$ 34.408	(7)

Liberações dos recursos:

- (1) R\$22.474 em 28/10/2015, R\$2.238 em 26/02/2016, R\$4.104 em 28/06/2016 e R\$62 em 27/12/2016.
(2) R\$39.330 em 28/10/2015, R\$7.291 em 29/03/2016, R\$3.806 em 28/06/2016 e R\$101 em 27/12/2016.
(3) R\$45.000 em 21/12/2015, R\$13.364 em 26/02/2016, R\$5.350 em R\$28/06/2016 e R\$202 em 27/12/2016.
(4) R\$46.080 em 28/12/2015, R\$ 6.488 em 26/02/2016, R\$7.992 em 28/06/2016, R\$131 em 27/12/2016.
(5) R\$51.000 em 25/11/2015, R\$16.000 em 26/02/2016 e R\$19.084 em 28/06/2016. A 1ª liberação do valor referente ao subcrédito C está prevista para o 1º semestre de 2017.
(6) R\$46.000 em 25/11/2015, R\$14.374 em 14/03/2016, R\$4.942 em 28/06/2016 e R\$183 em 27/12/2016.
(7) R\$25.741, 28/10/201, R\$7.200 em 29/03/2016, R\$1.528 em 28/06/2016 e R\$61 em 27/12/2016.

A taxa de juros do contrato é de 2,65% a.a. mais a variação da TJLP, com pagamentos mensais e sucessivos, vencendo o 1ª em 15/12/2015 e o último em 15/04/2032.

A Companhia e as 7 centrais eólicas, devem manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado para todo o grupo em 1,30, o qual em 31 de dezembro de 2016 encontra-se atendido.

A Companhia é interveniente anuente nos contratos de financiamento do BNDES das centrais eólicas e, tem como obrigação, conforme a cláusula décima segunda, inciso XII destes contratos, apresentar ao BNDES até 30 de maio de cada ano as demonstrações financeiras auditadas. A Companhia não atendeu este prazo para as demonstrações financeiras de 2016 e eventualmente estará sujeita a multa equivalente a 1% a.a., incidente sobre o valor do financiamento.

Garantias financeiras

As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da Companhia, penhor das ações da Controladora, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER, e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação da conta de financiamentos foi a seguinte:

Descrição	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	272.171	-
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	114.437	275.626
Encargos de dívidas - juros e variação monetária	34.915	3.224
Amortização do principal	(14.754)	(761)
Pagamento de juros	(30.257)	(870)
IOF sobre financiamento	(1.694)	(5.048)
Saldo final	374.818	272.171
Circulante	25.315	34.089
Não circulante	349.503	238.082

Vencimento da dívida:

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	25.315	25.550	78.106	245.847
Debêntures (Nota 13)	-	-	-	-
Fornecedores (Nota 11)	27.384	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	34.089	25.315	77.379	135.388
Debêntures (Nota 13)	109.601	-	-	-
Fornecedores (Nota 11)	28.469	-	-	-

15. Fiança bancária

Em 16 de outubro de 2015, para garantir as obrigações assumidas perante o BNDES, foi contratada uma fiança para cada Central Eólica, junto ao Banco Bradesco S.A., no valor total de R\$390.961, pelo prazo de 24 meses, contados da data de emissão de cada carta de fiança.

Os encargos sobre o valor afiançado são: comissão de 2,25% aa sobre o valor de cada carta de fiança emitida, com pagamento após 12 meses da data de emissão.

Com a conclusão física do projeto atestado pelo BNDES o valor da fiança foi reduzido para 40% da dívida a partir de março de 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Comissão de fiança a pagar (a)	2.868	945
Comissão de compromisso a pagar	<u>2</u>	<u>185</u>
	<u>2.870</u>	<u>1.130</u>

16. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda	-	10	602	10
Contribuição social	31	106	462	108
PIS e COFINS	-	-	557	0
Obrigações trabalhistas	-	88	177	88
Provisão férias	-	126	195	126
Impostos retidos de terceiros	3	91	400	806
Auto de Infração ANEEL	-	-	-	581
Total de outras contas a pagar	<u>34</u>	<u>421</u>	<u>2.393</u>	<u>1.719</u>

17. Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
		(Reapresentado)
	<u>Circulante</u>	
Provisão para custos socioambientais	<u>4.807</u>	<u>-</u>
	<u>Não circulante</u>	
Provisão para custos socioambientais (a)	-	6.542
Provisão para desmobilização (b)	<u>7.496</u>	<u>5.391</u>
	<u>7.496</u>	<u>11.933</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

(a) Custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial dos parques eólicos, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as condicionantes nela constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, as Centrais Eólicas provisionam os custos socioambientais no passivo não circulante, quando aplicável, e incorporou tal custo no imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2016 o valor da provisão foi transferido para a conta de Fornecedores (nota 11).

(b) Custo de desmobilização de ativos

A Companhia possui responsabilidade sobre a retirada dos ativos do parque eólico, instalados nas localidades sob contrato de cessão de direito de uso de solo (nota 3 i).

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$590.488 (R\$580.027 em 2015).

O capital está composto por 976.961 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas, sendo 128.870 ações pela Brazil Wind S.A e 848.091 pelo Santander Participações S.A..

Em 2015 o capital estava composto por 959.931 ações ordinárias integralizadas sendo 128.870 pela Brazil Wind S.A e 831.061 pelo Santander Participações S.A.

Em 11 de julho de 2016, o Santander Participações S.A. integralizou o valor de R\$10.461 equivalentes a 17.030 ações ordinárias nominativas.

b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

c) Prejuízo por ação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
NUMERADOR		
Prejuízo do exercício	(27.769)	(10.710)
DENOMINADOR		
Média ponderada das ações	968.516	582.258
Prejuízo por lote de mil ações básico em R\$	(28,67)	(18,39)

19. Receita operacional líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita com geração de energia	-	-	81.276	-
Impostos sobre faturamento				
PIS	-	-	(529)	-
COFINS	-	-	(2.438)	-
Total de Impostos sobre faturamento	-	-	(2.967)	-
Receita líquida	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78.309</u>	<u>-</u>

20. Custo com geração de energia

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depreciação	-	-	(35.866)	(40)
Transmissão de Energia	-	-	(3.569)	(601)
Encargos de uso do sistema e controle operação, taxa associativa (ONS, CHESF e CCEE)	-	-	(1.789)	(67)
Penalidade por insuficiência de geração de energia	-	-	(3.597)	-
Serviço de operação e manutenção da usina	-	-	(2.606)	-
Amortização cessão de uso de solo	-	-	(873)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(48.300)</u>	<u>(708)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

21. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas com pessoal (i)	(1.037)	(4.359)	(5.080)	(4.359)
Serviços de terceiros (ii)	(1.076)	(2.021)	(3.210)	(3.568)
Seguros	(127)	(1.268)	(1.040)	(1.285)
Viagens e estadias	(228)	(873)	(368)	(897)
Serviços notariais e de registro	(29)	(54)	(296)	(392)
Depreciações e amortizações	(976)	(53)	(976)	(53)
Outras despesas administrativas (iii)	(377)	(542)	(743)	(1.395)
Despesas gerais e administrativas	(3.850)	(9.170)	(11.713)	(11.949)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
(i) Despesas com pessoal				
Remuneração da administração	(146)	(1.177)	(1.222)	(1.177)
Salários, férias, 13º, gratificações	(576)	(1.714)	(2.439)	(1.714)
INSS/FGTS	(181)	(922)	(1.006)	(922)
Provisão de férias	-	(127)	(276)	(127)
Outros	(134)	(419)	(137)	(419)
	(1.037)	(4.359)	(5.080)	(4.359)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
(ii) Serviços de terceiros				
Serviços de segurança	-	-	(569)	(161)
Assessoria jurídica	(217)	(816)	(594)	(816)
Assessoria regulatório	-	-	(269)	(393)
Assessoria operações	(533)	(743)	(873)	(988)
Contábil e societário	(272)	(432)	(780)	(681)
Ajustes e reparos aerogeradores	-	-	(37)	(43)
Consultoria ambiental e fundiária	-	-	-	(400)
Outros	(54)	(30)	(88)	(86)
	(1.076)	(2.021)	(3.210)	(3.568)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
(iii) Outras despesas administrativas				
Despesas localização (aluguel, condomínio, energia, telefone, internet, material de limpeza, escritório e conservação)	(223)	(449)	(419)	(506)
Locação de veículos, equipamentos e fretes	(103)	(4)	(206)	(47)
Gráficas, encadernações e remessa de documentos	(13)	(28)	(29)	(28)
Assinaturas e publicações	-	-	(7)	(212)
Multas de ofício	-	-	0	(480)
Conservação de bens imóveis	(21)	(24)	(27)	(24)
Despesas gerais	(17)	(37)	(55)	(98)
	(377)	(542)	(743)	(1.395)

22. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas e despesas financeiras				
Despesas de juros sobre empréstimos BNDES	-	-	(34.915)	(3.224)
Despesas de juros sobre debentures	-	-	(5.184)	(62.659)
Comissão de reestruturação de dívidas	-	-	(907)	(9.753)
Despesas com fiança	-	-	(8.701)	(1.129)
Serviços de escrituração e controle debentures IOF	-	-	(114)	(400)
	-	-	(435)	(53)
Sub-total despesas financeiras	-	-	(50.256)	(77.218)
Despesas financeiras incorporadas ao ativo	-	-	4.388	77.206
Encargos sobre financiamentos no resultado	-	-	(45.868)	(12)
Variação monetária passiva de provisões	-	-	(875)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(13)	(115)	(168)
Despesas financeiras	(2)	(13)	(46.858)	(180)
Receita de juros de aplicações financeiras	2.492	3.338	4.791	3.721
Receitas financeiras incorporadas ao ativo	-	-	(64)	(383)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Receitas financeiras	<u>2.492</u>	<u>3.338</u>	<u>4.727</u>	<u>3.338</u>
-----------------------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Receitas (Despesas) financeiras líquidas	<u>2.490</u>	<u>3.325</u>	<u>(42.131)</u>	<u>3.158</u>
---	--------------	--------------	-----------------	--------------

23. Outras receitas operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Venda de sucata	4	-	13	-
Recuperação de pagamentos a maior	-	-	18	-
	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>31</u>	<u>-</u>

24. Imposto de renda e contribuição social

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de vendas (a)	-	-	81.276	-
Presunção imposto de renda (b)	8%	8%	8%	8%
Presunção contribuição social (c)	12%	12%	12%	12%
Demais receitas e ganhos de capital (d)	2.496	3.338	4.803	3.721
Base de cálculo Imposto de renda - Presumido (a x b) + (d)	<u>2.496</u>	<u>3.338</u>	<u>11.305</u>	<u>3.721</u>
Imposto de renda: 15%	(374)	(501)	(1.695)	(558)
Adicional do imposto de renda	<u>(226)</u>	<u>(310)</u>	<u>(960)</u>	<u>(318)</u>
Total do IRPJ	<u>(600)</u>	<u>(811)</u>	<u>(2.655)</u>	<u>(876)</u>

Base de cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (a x c) + (d)

	<u>2.496</u>	<u>3.338</u>	<u>14.556</u>	<u>3.721</u>
Contribuição social: 9%	<u>(225)</u>	<u>(300)</u>	<u>(1.309)</u>	<u>(335)</u>
Total de CSLL	<u>(225)</u>	<u>(300)</u>	<u>(1.309)</u>	<u>(335)</u>

Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(825)</u>	<u>(1.111)</u>	<u>(3.965)</u>	<u>(1.211)</u>
--	--------------	----------------	----------------	----------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

25. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia está inserida na cobertura de seguros contratada para os sete parques eólicos pela empresa *holding* BW Guirapá I S.A.: Seguro patrimonial com cobertura de R\$763.202 e o de responsabilidade civil de R\$20.000.

A Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

26. Transações com partes relacionadas

A remuneração do pessoal-chave da Administração no valor de R\$1.814 no exercício de 2016 (R\$1.553 em 2015), foi efetuada pela Central Eólica Inhambu S.A. e pela *holding* BW Guirapá I S.A.

Não há outras transações com as partes relacionadas da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

27. Contingências

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui processos de natureza civil, todos decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos e, também, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avaliou a expectativa do desfecho desses processos em andamento, entendendo, não haver a necessidade de constituição de uma provisão para contingências.

A Mammoet Wind ajuizou, em 13.4.2016, Ação de Conhecimento em face da BW Guirapá e das Centrais Coqueirinho, Caititu e Tamanduá Mirim (processo 0123408-64.2016.8.19.0001). Nesta ação a autora pleiteia R\$ 253 de Coqueirinho; R\$ 190 de Caititu; e R\$ 253 de Tamanduá Mirim, a título de pagamento de multas contratuais por suposta rescisão injustificada dos contratos celebrados. Além disto, requer a condenação solidária de todas as rés a pagar perdas e danos no valor de R\$ 4.028 e US\$ 530. O valor total da causa é de R\$ 6.600. A chance de perda é possível.

A Confer – Construtora Fernandes Ltda. ajuizou, em 05.01.2016, procedimento arbitral perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem (nº 003/2017), em face da BW Guirapá, e das Centrais Caititu, Coqueirinho, Inhambu e Tamanduá Mirim. A requerente busca a condenação das requeridas no pagamento de R\$ 38.427. A chance de perda é possível.

28. Eventos subsequentes

Seguros (não auditado)

Em fevereiro de 2017, foi renovado o seguro patrimonial, no montante de R\$ 769.967 e, de responsabilidade civil no montante de R\$ 20.000, abrangendo todas as empresas controladas pela BW Guirapá.